



O mar não está para peixe

No mês do Dia Mundial do Meio Ambiente, pescadores da Maré reclamam do lixo e da escassez de peixes na Baía de Guanabara. **PÁGINAS 8 E 9**

Conheça o novo gestor da Região Administrativa da Maré

PÁGINA 3

Doação de sangue diminui na pandemia, mas a demanda por sangue cresce

PÁGINA 4

Cinema de Periferia: A ascensão da produção audiovisual feita por cineastas de favelas

PÁGINAS 14 E 15

DIEGO JESUS



A transformação da dor em luta

A busca por justiça de Bruna da Silva, mãe de Marcus Vinícius, morto numa operação policial em 2018, é tema do documentário *Meu Caminho Até a Escola*. O filme, realizado na Maré, mostra a realidade das escolas ameaçadas pelos conflitos armados cotidianos e pretende discutir as consequências da violência no acesso à educação. **PÁGINAS 12 E 13**

EDITORIAL

É com imenso prazer que voltamos, nesta edição, à forma impressa. O aumento do número de casos de covid-19 no Rio e, principalmente, na Maré, fez com que fosse suspensa a entrega de porta em porta durante os últimos dois meses. Chegou a hora, porém, de retomarmos nossa distribuição, com todos os cuidados necessários. Faremos um esquema de testagem em massa para não colocar ninguém em risco. Afinal, a pandemia ainda não acabou e passamos de 450 mil mortes em decorrência da covid-19.

Esta edição de junho destaca temas relacionados ao meio ambiente. O repórter Hélio Euclides foi até Marcílio Dias para conhecer de perto a realidade da colônia de pescadores Z-11 e não ficou feliz com o que viu. A poluição da Baía de Guanabara torna cada vez mais escassos os peixes que garantem o sustento dos trabalhadores, e muitos estão passando fome.

A poluição também aumenta por conta do descuido no descarte de lixo que, além de sujar rios, lagos e mares, também contamina o solo. Na Maré, a falta de saneamento básico e de coleta seletiva de lixo agrava a situação, que já não é boa. Através também da atitude consciente de cada um de nós, separando e descartando corretamente o lixo, o problema é amenizado pelo trabalho dos catadores de materiais recicláveis, um dos mitigadores da crise climática que vivemos.

A reportagem de Breno Sousa e Edilana Damasceno, do parceiro data_lab, traz uma análise sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). São 169 metas, criadas pela Organização das Nações Unidas (OMS), no intuito de acabar com a pobreza e proteger o planeta até 2030.

A pandemia suscitou questões e reflexões sobre solidariedade e empatia. Aprendemos que, com o vírus, não é possível pensar apenas em si mesmo: precisamos levar em consideração o outro, desde a transmissão da doença até a sobrevivência da comunidade. São muitas as campanhas de doação de alimentos pelo país; na Maré, foram recolhidas e encaminhadas 1.980 toneladas de mantimentos. Mas há outro tipo de ajuda e igualmente necessária: os hemocentros estão com seus estoques de sangue em baixa em plena pandemia. Na reportagem da página 4 e 5 você verá como é fácil ser voluntário e o que fazer para ter o transporte de ida e volta aos postos de doação de sangue.

Enquanto vocês, caros leitores, curtem esse número, já começamos a preparar o próximo, seguindo na luta, cheios de esperança que tudo isso passe logo. Cuidem-se, usem máscaras, mantenham o distanciamento e, se chegar a hora, vacinem-se. Até a próxima edição!

O MARÉ DE NOTÍCIAS TAMBÉM É SEU!

Fale com a gente!

 (21) 97271-9410

QUADRINHOS - CAMPANHA CLIMÃO

Campanha Climão em: Racismo Ambiental



redes da maré

FORD FOUNDATION

CAMPANHA CLIMÃO

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

redes da maré

PARCERIA:

actionaid

MARÉ
DE NOTÍCIAS

R. Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242
www.mareonline.com.br
marenoticias@gmail.com
contato@marenoticias.com.br

APOIO:

16 Associações de Moradores da Maré
Campanha Climão
Casa Preta da Maré
Centro de Artes da Maré
Espaço Normal

EDITORA EXECUTIVA E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Daniele Moura
(Mtb 24422/RJ)

EDITOR

Edu Carvalho

COORDENADORES DE DISTRIBUIÇÃO:

Arthur Viana

Henrique Gomes

Luiz Felipe de Oliveira
Bacelar

DISTRIBUIDORES:

Andrews de Andrade
Faustino

Antônia Valéria Lins e Silva

Cristiane dos Santos

Jonathan Ribeiro Da Cruz

Larissa Oliveira

Lucas Frederico Brandão

Leonardo da Silva

Marcela Ferreira Silva Gomes

Thuany Vieira Nascimento

Valdemir Gomes da Cunha

Júnior

Yasmim Emmanuel Duarte

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Edu Carvalho

Hélio Euclides

(Mtb 29919/RJ)

FOTOGRAFIA

Darcy Norman

JV Santos

Matheus Affonso

Diego Jesus

REVISÃO

Julia Marinho

PROJETO GRÁFICO

Mórula_Oficina de ideias

DIAGRAMAÇÃO

Filipe Almeida

IMPRESSÃO

Parque gráfico da Infogloblo

TIRAGEM

50 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO REPRESENTAM A OPINIÃO DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA A FONTE.

GARANTA O SEU JORNAL!

O Maré de Notícias é entregue de porta em porta nos 47 mil domicílios das 16 favelas da Maré. Se por acaso não chegar na sua casa, avise-nos pelo WhatsApp (21) 97271-9410, via redes sociais (@marenoticias) ou ainda pelo email contato@marenoticias.com.br e confira se na associação de moradores de sua favela não tem um exemplar para você. Ajude-nos a melhorar nossa distribuição! Contamos com todos os mareenses!

Maré tem novo gestor na Região Administrativa

RAs são braços da Prefeitura para atender demandas locais dos moradores



MATEUS AFFONSO

Carlos Alberto, o Carlinhos, novo gerente executivo na entrada da sede da Região Administrativa da Maré

HÉLIO EUCLIDES

Com a eleição do prefeito Eduardo Paes, a Maré ganhou novo gerente executivo local da 30ª Região Administrativa (RA): **Carlos Alberto**, mais conhecido como Carlinhos, de 56 anos. “Quero diminuir o espaço entre o governo municipal e a população, levando as demandas para os órgãos competentes. O compromisso é tentar melhorar a qualidade de vida dos moradores da Maré”, conta o novo gestor.

Ele avalia que, além da reforma da sede da 30ª RA, é preciso melhorar a atuação da Comlurb na Maré. “É a empresa com maior demanda. De urgência, faremos um paliativo. Outro objetivo é trazer de volta o atendimento da Light e firmar convênio com o Ministério do Trabalho para a emissão da carteira. Quero ainda que o Parque Ecológico, localizado na Vila dos Pinheiros, seja uma Quinta da Boa Vista na Maré.”

Carlinhos pensa também em abrir diálogos com órgãos estaduais. “Espero conversar com a Cedae para que o núcleo localizado na Nova Holanda vire um distrito com orçamento exclusivo. Além disso, já estamos negociando para, até o fim do ano, inaugurarmos a unidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) na Maré”, adianta. Ele lembra que Marcílio Dias também será atendida pela 30ª RA.

Por ser uma medida da atual gestão, não existe nenhuma Gerência Executiva Local (GEL) que atenda a Maré. Isso

acontece porque elas são subdivisões das RAs, ajudando a desafogar o trabalho dos gestores, já que alguns bairros sob a sua responsabilidade também são divididos em regiões com características diferentes. Um exemplo é a 16ª RA, de Jacarepaguá, que cuidava de 16 áreas dentro do bairro; agora, ela se divide em quatro GELs para atender necessidades específicas de cada localidade.

A cidade do Rio tem hoje quase 6,8 milhões de habitantes e, por abrigar uma população muito grande distribuída por 163 bairros e com necessidades distintas, foi necessário criar outras maneiras de tornar possível detectar com mais eficiência os anseios dos moradores. Dividir a cidade por regiões é a forma mais fácil de a Prefeitura interagir com os cidadãos, pois permite ao administrador regional entender quais são as demandas específicas dessas localidades e, assim, acionar instâncias superiores, como as secretarias municipais e autarquias.

O município é dividido em cinco áreas de planejamento (APs), tendo, cada uma, subdivisões internas que somam oito subprefeituras, 33 RAs e 51 GELs. A Maré está localizada na AP 3.1, sob gestão da Subprefeitura da Zona Norte e da 30ª RA.

O primeiro desenho das regiões administrativas começou em 1961, no então Estado da Guanabara. O desmembramento administrativo tinha como objetivo a coordenação dos serviços locais. Na época, as RAs tinham um grande poder administrativo, pois os órgãos de serviços que atuavam no território eram subordinados a elas. Outro diferencial era que o coordenador precisava ser servidor público.

O bairro Maré nasceu em 1994; anos antes, fora criada a 30ª RA por meio do Decreto nº 6.011 de 04/08/1986. Junto à Maré, também foram criadas as RAs do Jacarezinho, do Complexo do Alemão e da Rocinha.

Por ser uma iniciativa nova na região, as lideranças locais entenderam que seria necessário eleger alguém da Maré para ser o primeiro gestor da RA – alguém que conhecesse as demandas locais. O processo seria diferente do que acontecia nas outras RAs, onde os administradores eram indicados pelo prefeito. A escolhida como gestora foi **Maria do Carmo**, presidente da Associação de Moradores da Vila dos Pinheiros à época; como seu assessor foi nomeado **Joaquim Agamenon**, presidente da Associação do Morro do Timbau. **Reinaldo de Jesus**, servidor público aposentado, fez parte da primeira gestão. “Fiquei no cargo de 1º secretário. Foi uma coordenação de transição, com apoio das associações de moradores, que reuniam nomes como Eliana Sousa e João Brizola. Foi um ano de participação popular; isso nunca mais voltou a acontecer.”

MAS O QUE FAZ UMA RA?

As RAs coordenam e supervisionam os serviços de competência da Prefeitura na área que estão localizadas. É um espaço de relacionamento com o cidadão e o gestor público da área que ela abrange. Na 30ª RA, moradores podem ter acesso a orientações sobre carteira de trabalho, título de eleitor e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), além de isenção na segunda via da identidade. Outro serviço é o pedido de poda de árvores. Os presidentes de associações apresentam as demandas locais diretamente ao gerente da RA.

📍 **30ª R.A. Complexo da Maré** – Endereço: Rua Principal, s/nº Comunidade Baixa do Sapateiro
Tel: 3105-4482 / 3881-0399

Minutos que valem vidas

Pandemia faz doação de sangue diminuir e demanda aumentar



MATEUS AFFONSO

Valdenia Barroso, moradora da Vila do João, é doadora de sangue no Hospital de Bonsucesso

HÉLIO EUCLIDES

Com a pandemia do covid-19, o adoecimento de parte da população e o receio de contrair o vírus fizeram com que as pessoas circulassem menos e os bancos de sangue registrassem uma grande queda nas doações. No Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti (Hemorio), no Centro, as doações diárias chegaram a 250, no início do ano passado. Hoje, não ultrapassam 13.

Apesar da queda, o instituto continua a distribuir sangue coletado para mais de 200 hospitais. Foram criadas campanhas de incentivo para doação de sangue não apenas pelo Hemorio como por empresas privadas – os aplicativos de corridas Uber e 99 decidiram subsidiar trajetos no valor de até R\$ 30 para quem fosse doar sangue. **Luiz Amorim**, diretor geral do Hemorio, diz que há ainda ações permanentes, como o posto itinerante para receber doações, com 16 profissionais cada. “Fazíamos muitas dessas ações em universidades, que agora estão fechadas”. Ele explica que, para atender a grupos que desejam doar sangue, é importante conseguir mais

de 50 pessoas e contar com um local adequado. Outra opção é reunir 12 voluntários e acionar o Hemorio, que dá o transporte.

Tatuagens e orientação sexual não são mais impeditivos; a recomendação é que espere seis meses após as tatuagens e um ano, no caso de piercings (excetuando-se os orais e genitais). E o Supremo Tribunal Federal (STF) permitiu a doação de sangue independentemente da orientação sexual. O impeditivo se refere ao número de parceiros; isso vale para todos os voluntários.

A doação como rotina na vida

Com a pandemia, o movimento de voluntários caiu pelo medo de ir aos hospitais, onde ficam os bancos de sangue. “Uma pena que isso esteja acontecendo. Mesmo em meio ao caos, as pessoas continuam precisando de transfusão e de cirurgias”, diz **Leny de Aquino**, moradora do Parque União e doadora no Hospital Federal de Bonsucesso (HFB) há cinco anos.

Em 2016, iniciou-se uma campanha entre moradores da Maré para doação de sangue no Hospital de Bon-

sucesso. A iniciativa partiu do Programa Academia Carioca, do Centro Municipal de Saúde da Vila do João e da Clínica da Família Adib Jatene, na Vila dos Pinheiros. A primeira ação reuniu 16 pessoas; já na segunda, o número aumentou para 30. Em 2017, foram mais de cem pessoas. Em 2018, esse número cresceu para 130 voluntários. De 2019 para cá, porém, o número de doações vem caindo: de 70 para 30 doadores, em 2020. Já neste ano, foram apenas 14 voluntários.

“Doar é o ato mais nobre que o ser humano pode ter. Acho que são necessárias mais campanhas. Elas precisam invadir locais que reúnem muitas pessoas. Na Europa, o jogador de futebol Cristiano Ronaldo virou garoto-propaganda da doação de sangue; falta isso por aqui”, destaca **Leonardo Borges**, idealizador do projeto e educador físico nas Atividades Integradas às Equipes de Saúde (NASF).

Valdenia Barroso, de 44 anos, moradora da Vila do João, participa da campanha da Maré desde o início. “O grupo nos ajuda a perder o medo. Através dele consegui levar a minha família. Para

quem doa são alguns minutos mas, para quem recebe, é uma vida inteira. Não é um bicho de sete cabeças”, diz ela.

Requisitos para uma boa doação

Para ser um voluntário, basta ir ao banco de sangue, apresentar um documento oficial com foto e responder a um questionário. O candidato passa por uma entrevista e é examinado por um profissional de saúde – o sigilo das informações é garantido. Caso haja aprovação, é feita a coleta de sangue, que dura no máximo dez minutos. Todo o material utilizado é estéril e descartável. Ao final, o doador recebe um lanche.

Para a coleta ter sucesso é preciso que o doador tenha entre 16 e 69 anos, no mínimo 50 quilos e esteja bem de saúde. Jovens com 16 e 17 anos podem doar com autorização dos pais ou responsáveis legais (o modelo está disponível em: http://www.hemorio.rj.gov.br/Html/PDF/Menor_idade.pdf) e mais um documento de identidade original do tutor que assinou a permissão. Não é necessário jejum, mas deve-se evitar alimentos gordurosos nas três horas que antecedem a doação.

ONDE FAZER A DOAÇÃO DE SANGUE

♦ **Hemorio:** Rua Frei Caneca, 8, Centro. Horário de funcionamento: todos os dias (inclusive feriados e fins de semana), das 7h às 18h. Informações: 0800-282-0708.

♦ **Santa Casa da Misericórdia:** Rua Santa Luzia, 206, Centro. Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 7h30 às 16h. Informações: 2220-7332 / 99468-8972.

♦ **Instituto Nacional do Câncer (INCA):** Praça Cruz Vermelha, 23, 2º andar, Centro. Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 7h30 às 14h30. Aos sábados, das 8h às 12h. Informações: 3207-1021 e 3207-1580.

♦ **Hospital Universitário Clementino Fraga Filho:** Avenida Brigadeiro Trompowsky, s/nº, 3º andar, Cidade Universitária. Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 8h às 13h30. Informações: 3938-2305 ou pelo e-mail: hemoter@hucff.ufrj.br.

♦ **Hospital Federal de Bonsucesso:** Avenida Londres, 616, no térreo do Prédio Quatro. Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 7h30 às 12h. Informações: 3977-9576.

BOLETIM 

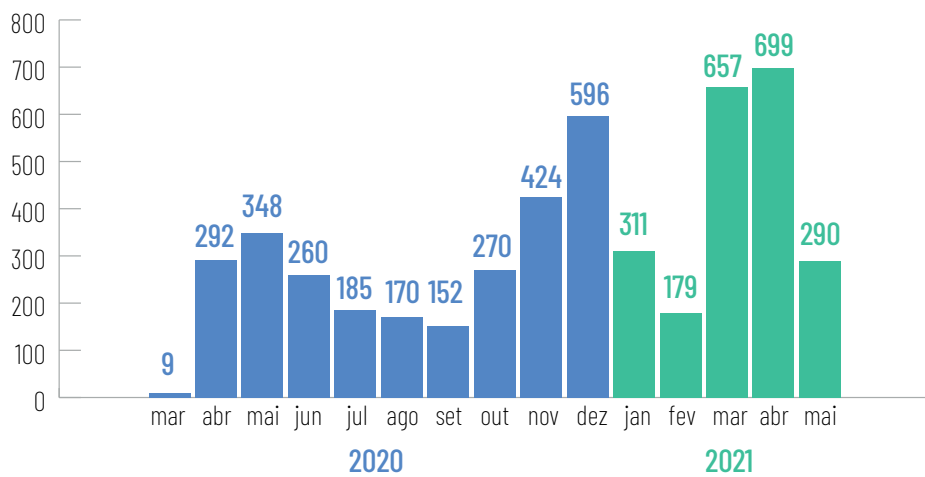
CONEXÃO SAÚDE - DE OLHO NO CORONA

UMA PARCERIA

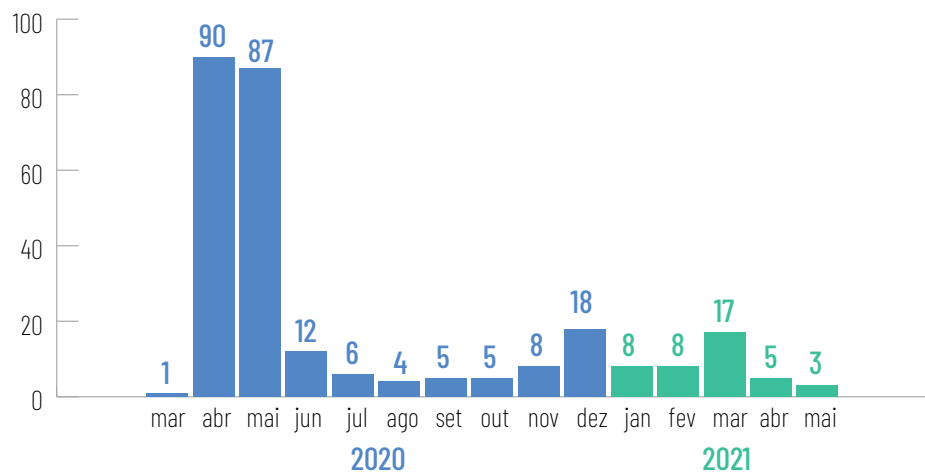
MARÉ DE NOTÍCIAS

CONEXÃO SAÚDE DE OLHO NA COVID

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE NOVOS CASOS POR COVID-19 NA MARÉ - POR MÊS



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ÓBITOS POR COVID-19 NA MARÉ - POR MÊS



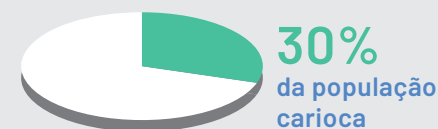
Fonte: Painel Rio Covid-19 - por data de notificação

NÚMEROS TOTAIS NA MARÉ ATÉ 26/05 **4.842** casos **277** óbitos

VACINAÇÃO (ATUALIZADO ATÉ 26/05)

Pessoas vacinadas com a primeira dose no Rio de Janeiro (capital):

2.029.895



Segunda dose:

926.709

Área de planejamento 3.1 (inclui a Maré)

Primeira dose:

252.875

Segunda dose:

111.031

VACINAÇÃO NA MARÉ

27.036 doses até 18/5

Primeira dose

19.173 pessoas (14% da população)

Segunda Dose

7.863 pessoas (6% da população)

TELEMEDICINA SAS BRASIL - MARÉ

Os atendimentos do SAS na Maré iniciaram em 03/07. Desta data até 17/05 foram atendidos 1.317 casos com suspeita ou confirmação de Covid-19. Atualmente 23 casos ativos de Covid-19 estão em acompanhamento.



PROGRAMA ISOLAMENTO SEGURO - SAS BRASIL + REDES DA MARÉ

Desde o seu início, em setembro de 2020, até o dia 24/05/21



Realização



Apoio



Você sabe o que é racismo ambiental?

População negra é a que mais sofre com a degradação do meio no qual vive



MATHEUS AFFONSO

Apesar de garantido por lei, o tratamento de esgoto, um dos serviços compreendidos como saneamento básico, não é efetivo na maioria das periferias e favelas do Brasil

LAERTE BRENO E MARIANE RODRIGUES

Colaboradores da Campanha *Climão* da Redes da Maré.

A favela é feita de gente que luta para sobreviver, e que não mede esforços para garantir o pão na mesa e o dinheiro do aluguel no fim do mês. Na Maré, há 140 mil habitantes, cada um com a sua história, seus sonhos e dificuldades. É tanta gente que o descarte de lixo cresce em ritmo acelerado. Em um minuto, a caçamba de lixo está vazia; no outro, está tão cheia que não vemos a hora de o caminhão da Comlurb passar. Mas, antes que isso aconteça, um batalhão de trabalhadores, espalhados pelo Brasil e atuantes também na favela da Maré, desempenha um papel fundamental não só para o meio ambiente como na garantia para si do arroz e feijão do dia a dia: **os catadores de materiais recicláveis**.

Em todo o país, são quase 400 mil catadores de materiais recicláveis, sendo que 51,5% se autodeclararam pardos e 14,6%, pretos. **Dona Lucinda**, mulher negra moradora da Maré, é uma catadora que, de segunda a domingo, roda as favelas da Vila do João, Pinheiro e Salsa e

Merengue à procura de materiais. Mais tarde, eles serão trocados no ferro-velho pelo sustento dela e de sua família.

A catadora vê o seu trabalho como digno e igual a qualquer outro. Segundo ela, na favela faltam investimentos. “Meu trabalho é importante. A floresta amazônica está sendo queimada todo dia, e eu acho que estou ajudando o meio ambiente. Triste é saber que aqui não tem investimento e nem espaço direito para as crianças brincarem”.

O que dona Lucinda narra é justamente o que chamamos de **racismo ambiental**. O termo foi cunhado em 1981 por **Benjamin Franklin Chavis Jr**, líder negro do movimento pelos direitos civis americano, e diz respeito ao descaso ambiental com que são tratadas comunidades de minorias étnicas, forçadas a se estabelecer em locais próximos a resíduos tóxicos e submetidas à moradia sob condições insalubres ou perigosas. Essas populações são ainda excluídas das tomadas de decisão, mediação e criação de quaisquer políticas públicas socioambientais.

Além da marginalização, da estigmatização e do racismo, essas comunidades também são aquelas que registram maiores índices de poluição e degradação do solo, falta de saneamento básico e acesso inadequado à alimentação de qualidade. Esse quadro, já vulnerável, se agrava em momentos de crise global, como a pandemia da covid-19. Como efeito desse sistema, há uma naturalização dessa realidade.

Aterro de Gramacho

Um exemplo é o do hoje desativado **Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho**, criado em 1976 em Duque de Caxias para receber os resíduos dos municípios do chamado Grande Rio. O projeto nasceu com inúmeros problemas estruturais, que poderiam ter sido evitados se a população e os órgãos de proteção ao meio ambiente tivessem sido consultados previamente. Instalado onde antes existia um manguezal, o aterro afetou drasticamente não só a saúde das águas da Baía de Guanabara, como também a da população de Duque



D'ARCY NORMAN

O aterro metropolitano em Jardim Gramacho, apesar de desativado, ainda recebe lixo de Caxias, diminuindo a qualidade de vida das comunidades do entorno ao expô-las à poluição do ar, à proliferação de vetores de doenças e ao solo contaminado. Mesmo fechado desde 2012, o aterro de Jardim Gramacho continua impactando a vida daquelas pessoas, que ainda convivem com doenças por conta dos rios poluídos, permanecendo sem assistência do poder público.

O impacto na Maré

O território da Maré é maior do que 96% dos municípios do país, e continua crescendo. Não apenas o lixo é um pro-

blema, causando obstrução dos bueiros e ameaçando a saúde da população: a péssima qualidade do ar, causada pela poluição que vem das três principais vias do município que cercam a Maré, e temperaturas mais altas do que no centro da cidade contribuem para causar e agravar doenças respiratórias graves.

Dados do censo populacional da Maré de 2019 apontam que mais da metade da população da região é autodeclarada preta ou parda. Assim como outras favelas, os quilombos, os territórios indígenas e os ribeirinhos estão mais vulneráveis ao

racismo ambiental porque faltam práticas governamentais de combate às desigualdades sociais.

Pela necessidade de sustentar a casa, Dona Lucinda, autodeclarada negra, teve seus planos de vida interrompidos, sendo vítima da desigualdade social do país. "O meu trabalho é importante. Mas, quando eu era nova, queria ser bailarina, amava dançar... Só que tem horas que a necessidade fala mais alto". Esta ainda expõe a riscos, na medida em que enfrenta longos períodos trabalhando sob o sol, sem equipamentos de segurança que a protejam do solo e de resíduos contaminados com que tem contato diariamente.

Nos olhares atentos de Lucinda, ela reconhece o descaso do poder público, sentindo na pele os fracos investimentos socioambientais na favela da Maré, "Aqui é muito quente. O sol já no início da manhã é bem forte. Quando chove alaga tudo, é lixo pra todo lado. É uma situação muito difícil". Segundo ela, somente depender do

Estado não é uma solução para o problema: a participação ativa de todos na comunidade é importante. "Tem morador que precisa ter mais cuidado quando jogar o lixo fora. Tem que descartar nos locais indicados e dentro da caçamba, para evitar alagamentos e o valão não subir".

Além da crescente degradação ambiental, a pandemia agravou ainda mais a saúde da população negra e mostrou como a desigualdade funciona para esse grupo. Dados do Instituto Pólis de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, coletados entre 1º de março e 31 de julho em São Paulo, revelam que, se as condições de vida e as idades entre brancos e negros/pardos fossem iguais, a taxa de mortalidade de pretos e pardos resultaria em 4.091 óbitos no período e não, 5.312 mortes, como ocorreu (29,85% a mais do esperado). Entre pessoas brancas, esperava-se 11.110 óbitos, mas foram registradas 9.616 mortes (13,4% a menos). O Sistema Único de Saúde (SUS) também mostra essa disparidade: a cada cinco brasileiros que dependem unicamente da saúde pública, quatro são negros.

Dona Lucinda admite que a situação não é fácil, mas se vê esperançosa se começarmos a partir de agora: "A vida nunca foi fácil, é muito trabalho, mas um dia há de melhorar, nem que seja um pouquinho".



MATHEUS AFFONSO

O despejo irregular de esgoto à céu aberto traz inúmeras doenças à população, como diarreia, hepatite A, verminoses e outras

Pesca diminui e poluição aumenta

Pescadores lamentam a poluição e a escassez de peixe na Baía de Guanabara

MATHEUS AFFONSO



Os pescadores da subcolônia do Parque União mantêm seus barcos atracados no cais por conta da escassez de pescado, causada pela poluição na Baía de Guanabara

HÉLIO EUCLIDES

Um pescador remando/ o mar rimando/ alguém admirando. O poema de Alonso Alvarez romantiza o dia a dia da profissão mas, apesar do amor e carinho com o mar, esses trabalhadores da Maré cada vez mais sofrem com a crescente poluição na Baía de Guanabara. Contudo, eles não desistem, superando ondas de dificuldades para levar o peixe para a mesa e o sustento para casa.

A preservação dos manguezais é primordial para a sobrevivência da atividade, já que esse ecossistema é considerado berçário para peixes, moluscos e crustáceos. O biólogo e mestre em ecologia **Mario Moscatelli** é o responsável pela recuperação dos manguezais do Canal do Fundão, do antigo Aterro Sanitário de Gramacho e das lagoas Rodrigo de Freitas e de Jacarepaguá. Ele ressalta a interconectividade entre o pescador e os peixes e crustáceos: o primeiro depende desses animais para sobreviver e estes, por sua vez, dependem do meio ambiente saudável para nascer. “Transformamos rios em valas de esgoto, baías e lagoas em latrinas e depósitos de lixo, manguezais em lixões. Com isso, reduzi-

mos a biodiversidade, o que acarreta geralmente maior esforço de pesca de cada vez menos peixes”, destaca.

O biólogo acredita que é preciso fiscalização para evitar que o lixo vá para as águas, contribuindo para o processo de extinção em massa da fauna marinha. “No caso do Canal do Fundão, passados quase dez anos do processo de recuperação e reflorestamento do mangue, onde havia apenas lama e detritos hoje há uma frondosa floresta de manguezais cobrindo 130 mil metros quadrados – que, infelizmente, por falta de manutenção, estão com muito lixo”, conclui.

Sergio Ricardo é ambientalista e coordena o Movimento Baía Viva, uma iniciativa para preservar a Baía de Guanabara. Ele se preocupa com o ofício do pescador e o desânimo que pode atingir novas gerações que, na atual conjuntura, passam por situação de extrema pobreza. O declínio se dá por conta do número decrescente de peixes e caranguejos, cada vez mais escassos na região.

Em fins dos anos 1970, o estado do Rio de Janeiro era o segundo maior produtor de pescado do Brasil, per-

dendo apenas para Santa Catarina. “Para voltar a esse tempo, é preciso investimento público para cessar a degradação da baía. Hoje, falta uma política pública, uma escola de pesca e a renovação da frota. A Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj) não tem orçamento. Do outro lado, as prefeituras não têm uma política pesqueira”, diz Sergio.

Uma luz ao fim do túnel é a Universidade do Mar, cujo principal objetivo é a capacitação dos pescadores. O primeiro curso vai não somente ensinar o profissional a pescar como educá-lo sobre seus direitos. “A Petrobras começou a pagar somente este ano indenização aos pescadores pelo vazamento que aconteceu em 2000. O grande problema é que muitos não têm um documento para provar que são pescadores”, diz. Ele defende que órgãos ambientais contratem os pescadores para ajudarem nos manguezais, fortalecendo assim a profissão.

O amor pelo mar como superação

As águas da baía em torno da Maré poderiam trazer vantagens para os moradores. **Walmyr Junior**, coorde-



MATHEUS AFFONSO

Walmyr Junior, coordenador de projetos da Associação de Marcílio Dias, denuncia a falta de implementação das políticas públicas socioambientais

nador de projetos da Associação de Moradores de Marcílio Dias, diz que, com a despoluição, a orla poderia ser usada para a prática de esportes aquáticos: “Poderia ter kitesurf, natação, remo e stand-up paddle. O grande problema é que não há preocupação por parte dos governos com as questões socioambientais.”

Outro problema para os cerca de cem pescadores de Marcílio Dias é o desabamento do cais; não há previsão para a sua reconstrução. “É um desânimo ver o cais no chão. Essa situação atrapalha o descarregamento dos peixes”, desabafa **Francisco José**, de 64 anos, desde os 11 trabalhando no mar. “No passado tinha mais peixe na baía. Agora, o que encontramos é chorume, que faz mal para gente. No passado, com dois dias no mar, se pegava em média 500 quilos de peixes; agora, são de 60 e cem quilos”, conta.

A falta de políticas públicas na área é unânime na classe. “Teria que ter um benefício específico para o pescador e empréstimos a juros baixos para reformar o barco. Tem pescador com barco quebrado e sem dinheiro para reformar, então vai atuar na reciclagem de garrafa para não morrer de fome”, lamenta **José Samuel**, de 45 anos, há três

décadas vivendo da pesca e hoje integrante da subcolônia do Parque União, que reúne mais de 60 pescadores. Ele ressalta que o melhor da carreira é a solidariedade.

No Estado, existem 28 colônias. Dessas, cinco estão na cidade do Rio. Na Praia de Ramos, na Maré, há a Colônia Z-11, onde a maioria dos pescadores marrenses é filiada. **João Carlos**, hoje com 64 anos, tem 55 de profissão: “A pesca é herança dos nossos avós e pais. Enquanto há vida, há esperança. Desejo voltar ao tempo que pescava piraúna e camarão. Já cheguei a pegar 17 quilos de pescada amarela, uma preciosidade.” Ele conta que a colônia auxilia o pescador em situações difíceis, como pedido de socorro no mar, sepultamento e doenças, e ressalta os conflitos com a Marinha. “Pescar na baía é um perigo, pois somos proibidos de chegar perto dos navios ou da Ilha de Boqueirão; acabamos levando tiro. Já fui alvejado por tiros de borracha, dois pegaram e deixaram as marcas. É triste ser trabalhador e ser tratado assim”, desabafa.

Mas tem pescador que navega em outros mares: é o caso de **Daniel Regis**, que nas horas vagas se transforma em ator (<https://youtu.be/WSWozVLj6XU>). Além de trazer vida ao persona-

gem Joinha Dupla, ele tem uma barraca no Piscinão, onde vende gelo na colônia para complementar a renda. “Se depender do governo, morremos de fome. Nós nos ajudamos: quando chegamos da pescaria, doamos parte da carga para os moradores, catadores e outros pescadores que precisam, é algo gratificante”, conta.

O apoio ao pescador

A **Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro (Fiperj)** negou em nota que esteja enfraquecida e informou que “realiza junto aos pescadores serviços de orientação, articulação, acompanhamento, organização e discussão com as comunidades tradicionais e órgãos públicos”, de forma a contribuir para o desen-



MATHEUS AFFONSO

José Samuel vive do pescado há três décadas e hoje é integrante da subcolônia do Parque União

volvimento sustentável da pesca e aquicultura, assim como incentiva formas de comercialização e beneficiamento do pescado, que resultam em alternativas de diversificação e agregação de valor aos produtos do pescado, estimulando a geração de renda e emprego.”

A **Marinha do Brasil**, por intermédio do Comando do 1º Distrito Naval, informou em nota manter contato estreito com as colônias de pescadores. Além disso, disse que “no último dia 29 de abril foi realizada ação junto aos pescadores da Vila dos Pinheiros a fim de orientar proprietários e regularizar suas embarcações”. Segundo a força militar, nas atividades de inspeção naval na Baía de Guanabara orientou e instruiu os pescadores sobre áreas nas quais a pesca não é permitida em proveito da segurança: a menos de 200 metros de áreas militares e da faixa de praia; na área do porto organizado; nas áreas dos aeroportos, e a menos de 500 metros dos terminais de combustível e gás.

O **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** não respondeu ao *Maré de Notícias* até o fechamento da edição. O espaço permanece aberto para comentários do órgão.

Maré 2030

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são possíveis nas favelas? Na Maré, moradores se unem para garantir o direito à alimentação

BRENO SOUSA E EDILANA DAMASCENO

Edição: Fred Di Giacomo

A Agenda Global 2030 para o desenvolvimento sustentável tem como meta principal acelerar as transformações sociais, de forma que, em até dez anos, possamos alcançar um futuro menos desigual, sobretudo para as populações mais pobres do mundo. Mas quais são as nossas perspectivas diante de tantos problemas que nos cercam? É possível acreditar num futuro mais justo numa cidade como o Rio, em que 1,4 milhão de pessoas vive em favelas? Não temos todas as respostas, mas sabemos que a luta por melhores condições de vida passa pela força e pelas mãos incansáveis da juventude periférica.

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram determinados em 2015 a partir dos 8 Objetivos do Milênio (ODM), lançados no ano 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ao todo, foram propostas 169 metas, sendo as do objetivo 1 as que mais se aproximam daquilo que queremos ver para a Maré 2030: a erradicação da pobreza e a melhoria na qualidade de vida da população favelada. Sabemos que há muita gente no território lutando por isso. “Olha, esse objetivo de diminuir a pobreza no Brasil até 2030 é uma grande falácia, na nossa comunidade ela tem aumentado de forma avassaladora. A gente vê a quantidade de pessoas que cozinham com álcool, na latinha, porque não têm condições de comprar um gás de cozinha, e o motivo disso é que existem pessoas do outro lado da cidade que estão enriquecendo com essa pobreza”, diz **Andressa Feitosa**.

Andressa é professora e educadora popular, estuda na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e atua no Comitê de Moradores do Salsa e Merengue. “Eu moro na Maré, especialmente aqui no Salsa, há 23 anos, mas tem pessoas que moram aqui há trinta, quarenta anos e se juntaram para se ajudar. Durante a pandemia, as coisas ficaram muito piores, então a ideia veio da necessidade da gente se juntar pra não passar fome”.

Vacina, arroz, feijão e renda!

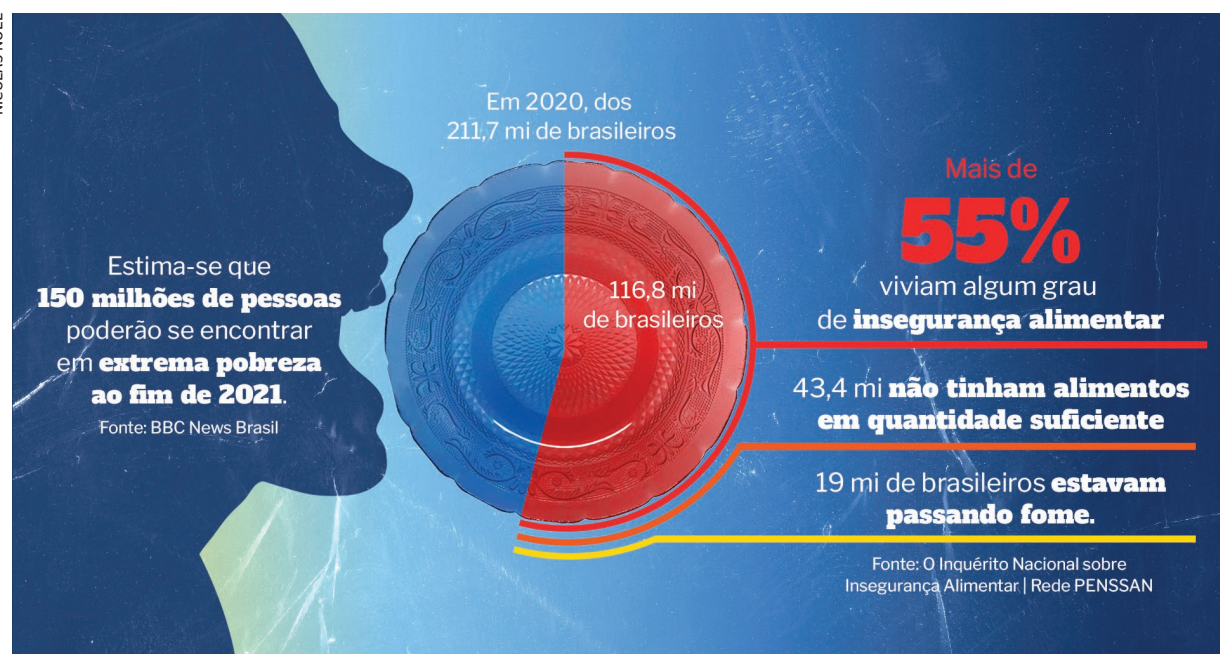
Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD COVID19) do IBGE revelaram que, no início do segundo semestre de 2020, aproximadamente três milhões de pessoas ficaram desempregadas por causa da pandemia, com o Rio de Janeiro apresentando uma das maiores taxas do país (17,4%).

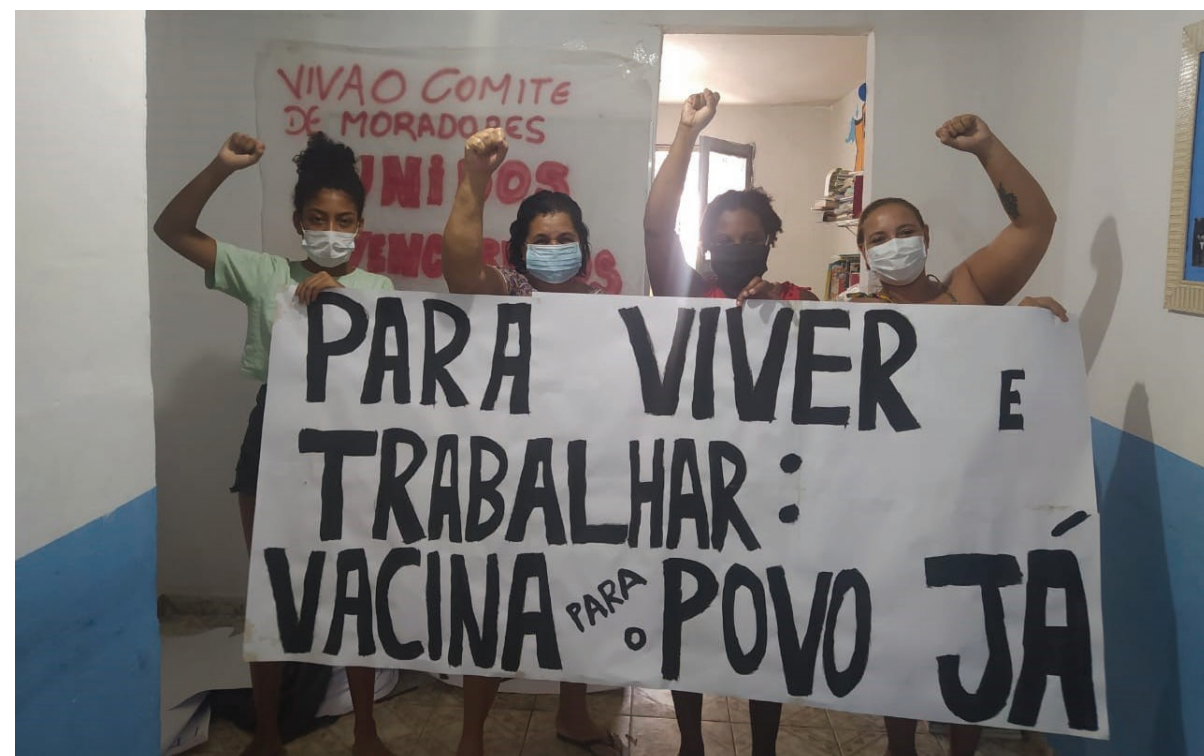
A necessidade de vencer coletivamente tantas crises deu origem ao Comitê de Moradores do Salsa. Segundo Andressa, as motivações pela luta por direitos são muitas: “Antes da covid-19, a situação de vida das pessoas mais pobres já era muito difícil, com as migalhas de sempre, o Bol-

sa Família e tudo mais que não dá pra uma família viver dignamente. É alimentação, saúde, os gastos de ter um filho, então toda essa situação já era muito complicada pros moradores e moradoras aqui”.

Parece óbvio, mas Andressa explicita a interferência da fome em todas as outras necessidades do morador: “A segurança alimentar é uma questão-chave, porque quem não se alimenta bem não vive bem. Nós somos o que nós consumimos no sentido de fibras, mesmo. Como uma pessoa que se alimenta mal vai conseguir correr atrás de emprego? Nós temos, juntamente com os nossos apoiadores, arrecadado alimentos para entregar cestas básicas e também refeições coletivas. Essa é a forma que nós temos de reduzir o sofrimento do povo”.

A fala de Andressa expõe um dos maiores problemas de nossa sociedade: a extrema desigualdade: “Sobre a meta de reduzir a pobreza no Brasil, especificamente sobre o Salsa, acredito que as estratégias que a gente pode usar são projetos. Que a gente possa desenvolver a solidariedade, se ajudar, falar de coletivismo, que a gente possa fomentar ideias dos próprios moradores. É claro que o governo precisa agir, e precisa agir imediatamente. Porque eles estão mandando caveirão para matar a gente, eles estão deixando a gente beber água poluída, então, é assim que eles querem agir?”, questiona.





COMITÊ DE MORADORES DO SALSA E MERENGUE

A professora Andressa Feitosa e suas companheiras de luta no Comitê de Moradores do Salsa e Merengue

Brasil atrás de Tanzânia e Vietnã

A revolta de Andressa é também a de milhões de brasileiros, já que o Brasil esteve muito perto de atingir as metas das então ODMs, figurando entre as nações do mundo que mais haviam avançado na redução da pobreza extrema. Uma reportagem da *Casa Fluminense* sobre a promoção dos ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) retrata um Brasil não muito distante, que viu a fome cair de 25,5% nos anos 1990 para 3,5% em 2012, e que saiu do mapa mundial da fome, com expressivos avanços na redução da mortalidade infantil. Diante de tantos retrocessos nos anos que se seguiram, a mobilização comunitária em torno das pautas e necessidades da própria

comunidade nunca foi tão urgente.

Thaynara Barreto, 26 anos e também moradora do Salsa, tem notado uma piora nas condições de vida em sua comunidade: “Com a pandemia, mais pessoas na favela ficaram desempregadas, então a situação é bem diferente de três, quatro anos atrás”. Thaynara acredita que políticas públicas voltadas à geração de empregos são fundamentais para alcançar as metas: “Para reduzir a pobreza na favela, o governo deveria criar mais empregos e mais oportunidades. Não só isso; precisamos desenvolver cursos e programas para as pessoas da favela terem oportunidades melhores. Primeiro temos que mudar o governo. Enquanto o Estado não vir a favela

como um lugar de pessoas de bem, a pobreza vai reinar.”

Assim como Andressa e Thaynara, **Márcio Henrique**, 24 anos, é um jovem morador da Maré e representa toda uma geração que cresceu sonhando com melhores condições de vida. Sua preocupação com o desemprego é constante: “Como sou trabalhador terceirizado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é bem capaz que eu fique desempregado devido aos cortes que a empresa vai dar por conta dessa situação em que a universidade se encontra. Ser morador de favela é assim... A gente vive numa guerra, sempre”.

Ele agora se vê diante da escassez de oportunidades: “Eu era articulador no Projeto Caminho Melhor Jovem (CMJ) do governo do estado do Rio de Janeiro, cuja ideia era trazer o jovem que estava na rua e que estava sucumbindo ao tráfico para dentro do projeto e dar um futuro adequado a ele. Hoje eu não vejo oportunidades, eu não vejo nada.”

Mas não é por falta de dinheiro ou somente por falta dele. A plataforma do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) para o cumprimento das ODSs no Brasil informa um investimento de mais de R\$ 808 bilhões. Enquanto o dinheiro vai, vem e some, o Portal *Sustainable Development Report* (ou Relatório do Desenvolvimento Sustentável) aponta o Brasil na 53ª posição no ranking de cumprimento de todas as ODSs, atrás de países como Vietnã e Tailândia, num total de 193 nações avaliadas.

Quem não pode esperar subida ou descida de ranking é a fome. Andressa e quem a acompanha na luta acreditam que é possível virar este jogo: “Você vê como eles estão tratando o povo. Tem a operação, tem o coronavírus, tem a pobreza, a fome, a água que não é potável. Então, tem que partir de nós a iniciativa. Nós levantamos alto a bandeira da necessidade de plantar esperança para colher resistência, e esta hoje está na própria existência enquanto favelado.”



COMITÊ DE MORADORES DO SALSA E MERENGUE

Membros do comitê trabalham na distribuição de cestas básicas a moradores em situação de vulnerabilidade social

"Meu Caminho Até a Escola"

Três anos sem Marcus Vinícius da Silva

DIEGO JESUS

Diretor e roteirista do filme *Meu Caminho Até a Escola*. É doutorando do programa Estudos Luso-Brasileiros da Cultura e da Mídia na Universidade da Texas em Austin (EUA). Na Maré, idealizou e coordenou o projeto Escola de Cinema Olhares da Maré (ECOM), desenvolvido pela Redes da Maré. Dirigiu o documentário *Ocupação*, que mostra a incursão das Forças Armadas na Maré em 2014.

A vida não termina quando morremos. Como humanos, temos a oportunidade, em algum momento, de ressignificar a morte de quem nos deixou. Isso acontece quando a perda pode ser sentida por meio das boas lembranças daqueles que se foram, dos quais recordamos com carinho, transformando o luto em força para prosseguir na dura caminhada de viver em um mundo cada vez mais carente de empatia e de respeito.

Mas imagine uma mãe que perde filho ou filha para a violência. Imagine uma mulher, mãe, favelada, que tem a sua semente no mundo assassinada pela polícia. Há milhares de mães e pais nesta mesma situação no Brasil. Em 2019, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública por meio do infográfico *Violência e Desigualdade Racial no Brasil*, 35.543 pessoas pretas e pardas morreram em decorrência de operações policiais no país. Dezenas de milhares de mulheres e homens que viram seus filhos serem vitimados pela atuação das polícias nas áreas empobrecidas



Bruna da Silva, em sua casa na Maré, durante as filmagens do documentário *Meu Caminho Até a Escola*, dirigido por Diego Jesus das cidades brasileiras.

Imagine, agora, uma mãe que perdeu o filho de 14 anos a caminho da escola: mochila nas costas, um amigo ao lado, uma operação policial no caminho, helicópteros da Polícia Civil atirando para baixo enquanto carros blindados, popularmente conhecidos como "caveirões", circulavam nas ruas... Quando uma criança inocente é vítima dos tiros disparados por policiais, como ressignificar a sua morte? A única possibilidade diante de tamanha injustiça é a transição ainda mais dolorosa do luto para a luta.

O caminho até a escola

Marcus Vinícius da Silva não chegou à sala de aula na manhã do dia 20 de junho de 2018. Ele, na companhia do seu melhor amigo, se dirigia à Escola Municipal Operário Vicente Mariano, localizada

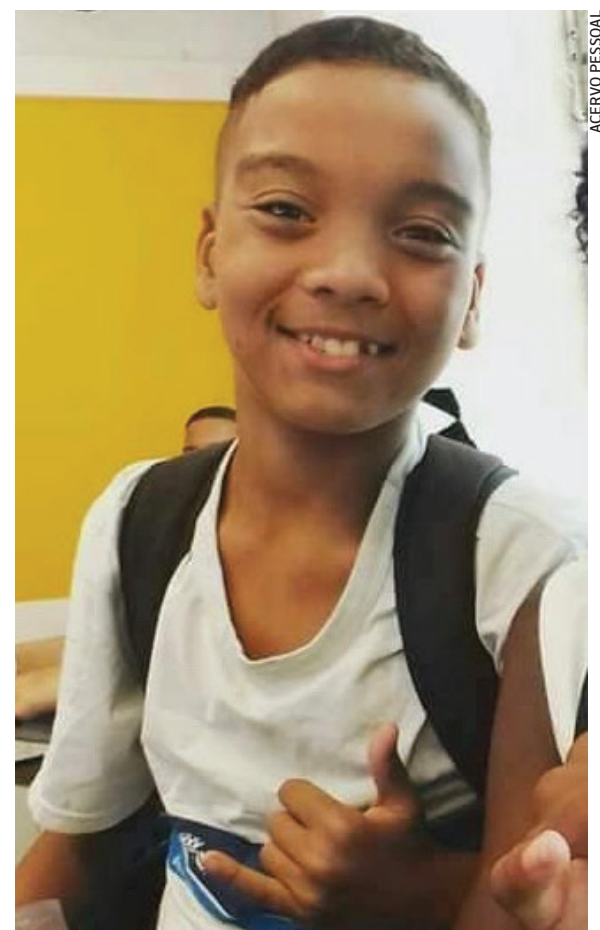
na Vila dos Pinheiros, uma das favelas que compõem a Maré. Enquanto caminhava numa rua perto de onde estudava, Marcus foi atingido por um tiro de fuzil. Alvejado, as últimas palavras ditas por ele a Bruna da Silva, sua mãe, foram: "Mãe, a polícia não viu que eu estava com roupa e material de escola?"

Ainda não foi possível fazer a pergunta de Marcus ao policial civil que atirou nele naquele dia: se o oficial viu ou não que o garoto vestia o uniforme da rede estadual de ensino e carregava, nas costas, uma mochila vermelha, onde levava o caderno com capa do Flamengo, o seu time do coração. Os três últimos anos da família de Marcus têm sido marcados pela falta dele e de respostas, resultado de um sistema jurídico ineficiente para quem nasce "sem berço" e vive nas ditas áreas violentas das

cidades brasileiras. Estas são, na verdade, as áreas violentadas pelas omissões e decisões equivocadas dos governantes.

Quanto vale a vida de uma criança? Para o Estado brasileiro, a resposta a essa pergunta vai depender se a criança vive numa área empobrecida, da sua cor de pele, do acaso de encontrar a polícia em ação, armada e no seu bairro enquanto anda em direção à escola. Estes elementos indicarão, a partir do entendimento criminoso de atuação das polícias em favelas e periferias, se crianças com tais características deverão ou não ser tratadas como humanas. A garantia dos direitos fundamentais está reservada a uma parcela da população que não vive nesses lugares abandonados pelo poder público.

O projeto de segurança pública do Rio de Janeiro se sustenta, também, na lógica de que a morte



Marcus Vinícius da Silva, morto durante operação policial na Maré em 2018

dessas pessoas por agentes do Estado não mobiliza a opinião pública o suficiente para que a letalidade policial seja corrigida por políticas de inclusão eficazes para o desenvolvimento das favelas e periferias, o que geraria a diminuição das desigualdades e da violência.

Em meio ao ilegal cotidiano de operações policiais nas favelas e periferias, as escolas públicas encontram-se diretamente ameaçadas quando os tiroteios entre a polícia e os grupos civis armados determinam que, além de correr o risco de serem alvejados, os alunos têm negado o seu direito do acesso à educação. Os confrontos são parte do cotidiano e deixam marcas nos muros, nas salas de aula e na vida de quem está dentro da escola: Maria Eduarda Alves da Conceição, de 13 anos de idade, foi morta no interior da Escola Municipal Daniel Piza, em Acari, na Zona Norte do Rio, durante uma operação da Polícia Militar, em março de 2017.

Direito à Educação

Segundo os boletins *Direito à Segurança Pública na Maré*, produzidos pela Redes da Maré entre 2017 e 2020, nos últimos quatro anos as

escolas localizadas nos territórios tiveram um total de 58 dias letivos cancelados por conta das operações policiais. Só em 2017, foram 35 dias sem aulas, o que correspondeu a 17% do calendário escolar daquele ano. Em 2020, ano de início da pandemia do novo coronavírus no Brasil, as escolas funcionaram apenas três dias em pouco mais de um mês letivo devido às operações policiais na Maré.

A pandemia da covid-19 implicou a paralisação das atividades escolares no Rio de Janeiro por tempo indeterminado, o que agravou ainda mais a situação dos estudantes da rede pública de ensino, levando crianças e jovens das favelas e periferias a ficarem sem aulas presenciais ou em modo remoto por mais de um ano. A ineficiência e o negacionismo dos governos federal, estadual e municipal no combate à pandemia prolongaram o fechamento das unidades escolares, evidenciando, durante a crise sanitária, problemas sociais históricos, como a exclusão digital e a insegurança alimentar das famílias, agravados pela diminuição da renda e a falta de acesso à merenda escolar.

Na democracia brasileira, a educação é um direito violado à queima-roupa. A impossibilidade de estar na escola por conta dos conflitos armados tem reflexos diretos na incidência dos altos índices de criminalidade em áreas empobrecidas das nossas metrópoles. Essa arquitetura da deseducação passa pelo impedimento da formação escolar dos moradores das áreas onde há a presença do tráfico de drogas, resultado do histórico abandono da população desses territórios por parte do Estado. As ações das polícias durante as operações têm resultado em penas de morte – sentenças sanguinárias baseadas na desastrosa política de “guerra às drogas”, que viola rotineiramente os direitos fundamentais dos moradores desses territórios.

Sonhos interrompidos

Não há como contar a história de Marcus, uma criança, pois foi tirado dele o direito de viver e da sua família, de tê-lo vivo. Mas é essencial falar sobre a luta de Bruna da Silva por justiça. A mãe de Marcus Vinícius ainda está buscando, desde a manhã do dia 20 de junho de 2018, uma resposta para a pergunta feita por ele em seus últimos momentos de vida; ela não sabe sequer o nome do policial responsável pela morte do filho.

Bruna faz parte da equipe de tecedores da Redes da Maré e transforma a sua dor em luta, por Marcus e pelas outras crianças vítimas das ditas “balas perdidas”. Em 2020, 12 crianças foram mortas em decorrência de ações policiais no estado do Rio de Janeiro, mesmo com as restrições impostas pelas medidas de distanciamento social e a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir, por meio da ADPF 635, operações policiais durante a pandemia. Entre 2007 e 2021, segundo informações da ONG Rio de Paz, 81 crianças de 0 a 14 anos morreram vítimas de “balas perdidas” – constantemente encontradas, não por acaso, nos corpos dos moradores das favelas e periferias do Rio de Janeiro.

Para mostrar a luta por justiça travada por Bruna da Silva, está em produção o documentário *Meu Caminho Até a Escola*, um longa-metragem realizado na Maré. O filme apresenta um ambiente escolar ameaçado pelos cotidianos conflitos armados que acontecem nos turnos das atividades nos colégios, e pretende discutir as consequências da violência no acesso à educação. O projeto é dirigido e roteirizado por mim, e conta com o apoio financeiro do Itaú Cultural por meio da convocatória Rumos Itaú Cultural 2019–2020. *Meu Caminho Até a Escola* é coproduzido pela Redes da Maré e tem previsão de lançamento no primeiro semestre de 2022.

Cinema das Periferias: Nós por Nós

Jovens cineastas dos territórios retratam, de maneira fiel, a realidade diária nas favelas



MATHEUS AFFONSO

Carlos Eduardo Barcelos, o Cadu, morto em 2020, incentivou a juventude favelada e periférica a fazer cinema de qualidade a partir de suas próprias realidades

HÉLIO EUCLIDES E KELLY SAN

Num processo de resistência para retratar a própria realidade (muitas vezes, expostas de forma equivocada), jovens cineastas da periferia arregaçaram as mangas e concretizaram o sonho de divulgar a cultura de uma forma acessível, além de mostrar o lugar onde vivem de uma forma real, de dentro para fora.

Se a maioria dos filmes fala da favela por meio de estereótipos, retratando-a como um lugar onde o cotidiano violento é o normal, cineastas periféricos estão mostrando que ela é muito mais do que isso. **Amanda Baroni**, de 28 anos, moradora da Maré, começou no cinema em 2019 por meio de oficinas. De uma delas surgiu o filme *A Maré Tá Pra Peixe*, protagonizado pelo pescador Hélio Ricardo. “Com ele, percebi a importância da Baía de Guanabara. É muito bom contar uma história, ir a campo, se relacionar com as pessoas, embarcar no universo da narrativa”, conta.

Amanda acredita que é importante mostrar o lado positivo e potente da Maré sem cair na reprodução

do discurso de carência que comumente é apresentado. “A favela não é só violência; é todo um universo produtivo de criatividade e força de vontade. Estamos no lugar de fala, não só de receptor como também de comunicação de dentro para fora. É preciso mostrar assuntos que mexam com a cabeça, como moradia, questão de gênero, liberdade, políticas públicas e direitos”, diz a jovem, que se intitula uma agente de mobilização – segundo ela, recompensador, mas cansativo.

Outro que se destaca no trabalho periférico é **JV Santos**, de 34 anos, morador da Penha. Ele começou no cinema em 2011, com um curta-metragem que aborda as remoções da primeira praça construída pelos moradores do Morro da Providência. “A partir daí, segui trabalhando temas principalmente relacionados à representação e à construção da imagem em torno das populações pretas, faveladas e periféricas do Rio. Esse é um caminho sem volta. Não tem mais como falar sobre nós sem nós”, explica o criador de *Favela Que Me Viu Crescer*, *O Maraca é Nosso?*, *Complexos* e *Expresso Parador*. “O

cinema no Brasil é uma capitania hereditária: dependendo do seu sobrenome, você tem ou não uma para herdar. Por isso é muito difícil viver de cinema para quem é preto, pobre e de favela ou periferia. Nós somos a exceção que confirma a regra de exclusão no mercado audiovisual e da arte como um todo”, conclui. Para reverter essa situação, JV criou o projeto *Cafuné na Laje* para reproduzir a real imagem da população preta e das favelas no Rio de Janeiro.



ACERVO PESSOAL

Amanda Baroni é cineasta da Maré e dirigiu o filme *A Maré Tá Pra Peixe*

É preciso não desanimar

Paulo Barros, fotógrafo e produtor, iniciou sua trajetória em 2009 na Escola de Fotógrafos Populares, na Maré. Ali surgiu nele e em seus colegas do curso o interesse pelo audiovisual, por intermédio do coletivo Garapa. Ele é um dos fundadores do Favela em Foco, um coletivo de produção de vídeos e fotos. “É difícil ser um produtor de conteúdo audiovisual periférico/favelado; é muito complexo, tem todas as dificuldades. Todo mundo sabe que produzir audiovisual aqui no Brasil é algo que não é pra gente, mas a gente faz”, desabafa.

Para um cineasta periférico, as maiores dificuldades são a falta de apoio e a ausência de patrocínio. “Hoje em dia é penoso conseguir um dos dois e, por isso, temos que nos reinventar para continuar trabalhando. Quando começamos a fazer filmes para contar as histórias dos lugares onde a gente reside e por onde transitamos, vivemos algo único. Pessoas que são desses espaços e outras que desejam conhecê-los ficam perplexas com as narrativas que mostramos”, lembra Paulo, que garante que seu trabalho não fica atrás em qualidade técnica daqueles de cineastas com maior poder aquisitivo.

Para ele, a perfeição no cinema só é possível com muito estudo, e reitera que essa vida não é de ilusões: “Já tive momentos que não vi o meu trabalho evoluir, então cheguei a pensar em desistir. Mas o que me motivou é fazermos um cinema de guerrilha.” Paulo revela que fazer audiovisual de qualidade para a internet não saibara:

é preciso boas câmeras e lentes, além de uma iluminação adequada. Para bancar isso, ele precisou abrir mão de muitas coisas. “É um mercado desigual, mas a gente faz a diferença a partir dessa desigualdade”, conclui.

Uma história de amor a periferia

Furar a bolha do mundo do audiovisual nunca foi fácil. O mercado é elitista, caro e por vezes, preconceituoso. **Carlos Eduardo Barcellos**, o Cadu, conseguiu e mostrou para outros jovens da favela que era possível fazer cinema sendo da periferia. Morto em 2020 num assalto no Centro do Rio, ele começou pela fotografia, num curso do Observatório de Favelas, na Maré; depois, ingressou na Escola de Cinema Darcy Ribeiro, onde pôs a mão na massa, o que possibilitou a ele engrenar uma carreira como cineasta premiado. Foi o diretor e roteirista do episódio *Deixa Voar*, um dos que compõem o longa *5x Favela – Agora Por Nós Mesmos*, de 2010, produzido por Cacá Diegues e Renata Almeida Magalhães. O filme integrou a Seleção Oficial do Festival de Cannes. Também dirigiu *Crônicas das Cidades* (no Canal Futura) e *Feira da Teixeira*, além de roteirizar e dirigir a série *Mais x Favela* (2011), do canal a cabo Multishow, e o documentário *5x Pacificação* (2012).

A mãe, **Neilde Barcellos**, chegou a pedir que ele mudasse de profissão, quando os trabalhos tornaram-se escassos. Mas Cadu se recusava. “Ele dizia que era cineasta, que gostava de fazer cinema. E começou a visitar escolas para falar de cine-



Coletivo Cafuné da Laje na produção de documentário sobre as memórias da favela do Jacarezinho

ma, além de ser instrutor no Instituto Vida Real. Ele sempre voltou à favela para mostrar a importância do jovem acreditar que é possível realizar um sonho. Era uma pessoa que incentivava a todos a estudar e seguir em frente. Era um persistente no que escolheu”, lembra, orgulhosa. Cadu estimulou muita gente da Maré a seguir a carreira. Quando morreu, trabalhava como assistente de direção no programa *Greg News*, comandado por Gregório Duvivier, no canal a cabo HBO.

O espaço do cinema periférico

O Ponto Cine, localizado em Guadalupe, é a primeira sala popular de cinema digital do Brasil, criada em 2006. É reconhecida pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) como a maior exibidora de filmes brasileiros do país. Apesar disso, a sala está fechada há um ano e dois meses. **Adailton Medeiros**, idealizador e diretor executivo do espaço, acredita que superar este momento será talvez o maior desafio do lugar. “O cinema brasileiro vinha muito bem, estava ganhando maturida-

de, com 120 a 130 títulos sendo lançados no mercado comercial por ano. Paralelamente, as produções nas periferias estavam aumentando – filmes de diversos gêneros e, o mais legal, feitos por gente do território, com temas, artistas e personagens e narrativas locais. Mas aí veio o novo governo federal e, conseqüentemente, a paralisação da Ancine”, diz Medeiros. Para ele, é preciso fortalecer o cinema produzido nos territórios, independentemente da agência reguladora e do financiamento público, uma vez que é raro conseguir verbas através de editais.

O Maré de Notícias entrou em contato com a **RioFilme**, empresa municipal de fomento à indústria audiovisual. O órgão informou que está implementando mudanças e prometeu diálogo com a periferia para entender as demandas e atuar com mais eficácia. Garantiu ainda que, ainda este ano, vai reabrir o Cine Nova Brasília e realizar outras ações no campo audiovisual.



Delícias que cabem no bolso

O Maré de Sabores traz uma receita especial, criada pelas mulheres do projeto para as comemorações do Dia dos Namorados. Confira:

ASINHAS DE FRANGO PICANTES

INGREDIENTES:

- 1 kg de asas de frango
- 1 colher de sobremesa de sal
- 1/2 colher de chá de gengibre em pó
- 1/2 colher de chá de páprica picante
- 1/2 colher de chá de páprica defumada
- 5 ml de molho de soja
- 2 colheres de sopa de ketchup
- 2 dentes de alho
- 1 limão (suco)
- 50 ml de água
- 100 ml de vinagre
- Pimenta do reino a gosto
- Gergelim branco para salpicar

MODO DE PREPARO:

- Misture todos os ingredientes.
- Passa a mistura nas asas de frango e deixe marinar por 2 horas.
- Retire do frango a marinada e reserve-a. Leve as asinhas ao forno baixo (180°C) por 20 minutos, até que elas fiquem douradinhas.
- Enquanto isso, ponha a marinada em uma panela, acrescentando 50 ml de vinagre e 100 ml de água, e leve ao fogo brando para reduzir.
- Quando as asinhas estiverem prontas, regue-as com o molho reduzido e finalize com gergelim branco.



CORONA TÁ NA PISTA!

SAIBA COMO SE PROTEGER!



OBSERVATÓRIO DE FAVELAS



CAMPANHA **CLIMÃO**

CAÇA-PALAVRAS

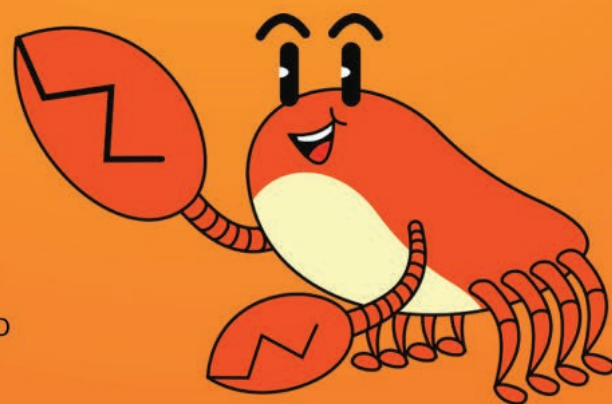
As palavras estão escondidas na horizontal, vertical e diagonal, mas nunca ao contrário.

D H P O M A C U D E I A P G W R S F T A A N
 N E R E L H R F T W C E T F A U A S E O U A
 E P H C I H E H L E S A A O A T Ú N A R T A
 E S A C T O O N H T N N R A U E D I R E D U
 A O N R M I C E W A W C Y A H O E C D I A I
 O H R I N S I W E T N T H E N I K M S C E O
 T L P A D H M D F E E Y O D N G D V E A N R
 O E N E N O T R T E R O O S O R U Y C S E Y
 E N E I E T O A A M E N C H E N T E O U G S
 H T S P H O S S R T A I T D O C P I J T L O
 N S O O R N A L A E N N N C O E E E S Ã E O
 L I X O T N G I L G B Á G U A F P S Y C O I
 I K F U R E A R A E O E O U D I R E I T O O
 E H S N M D R E C I C L A G E M C A U N T O
 H A F T R S A S Y R E P O A T T T I T E N E
 E U I H S D T W I L F E R N E S G O T O C T

FICA ESPERTO NOS ASSUNTOS



- ESGOTO
- ENCHENTE
- SAÚDE
- DIREITO
- LIXO
- RATO
- MANGUE
- RECICLAGEM
- CARANGUEJÃO
- ÁGUA



Acompanhe o **Maré de Notícias** na internet!

